

EDITORIAL



A 19ª Edição da Revista Gralha Azul chega aos leitores e leitoras com trabalhos que versam sobre temas atuais, a seguir brevemente descritos, vindo assim contribuir com a academia e a atuação jurisdicional.

O trabalho que abre essa edição, intitulado "validade da norma jurídica: entre o direito vivo de Ehrlich e o normativismo jurídico de Kelsen", foi desenvolvido por José Raul Cubas Junior e Demetrius Nichele Macei e descreve os principais contributos de cada autor no plano da validade da norma jurídica e estabelece um diálogo entre eles.

Na sequência, Thomirez Elizabeth Pauliv Badaró de Lima e Luiz Eduardo Gunther (Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região), apresentam o artigo "o assédio moral virtual: teleassédio, cibernética e a necessidade de uma visão ética e humana face ao digital". O debate se reveste de grande importância no mundo em que se evidencia um novo paradigma digital, havendo necessidade de reflexão, análise de suas repercussões e consequências, em face da sua ocorrência na rede e no mundo do trabalho virtual.

"Reconhecimento de efeitos jurídicos às famílias simultâneas: a monogamia como valor ético-social relevante" é o ensaio proposto por Eduardo Augusto Salomão Cambi (Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná), em coautoria com Adriane Garcel. Utilizando-se de casos concretos, os pesquisadores reforçam a ideia de que o Poder Judiciário não pode desprezar o reconhecimento jurídico dos arranjos familiares inerentes à sociedade pluralista, devendo estar atento às peculiaridades das relações de famílias, a fim de proteger os interesses legítimos de seus membros.

EDITORIAL

Em seguida é apresentado o artigo de Adriano Vottri Bellé, versando sobre "a reserva de jurisdição na apreciação da cadeia de custódia". O trabalho, a partir da compreensão conceitual e procedimental a respeito do instituto da prova, analisa julgados e repercussões empíricas de sua aplicabilidade efetiva no âmbito processual penal brasileiro.

O artigo "Escolarização dos povos originários: ensino híbrido e os desafios da educação dos povos indígenas no Estado Democrático de Direito", da autoria de Juliana Passos Dias, aponta a insuficiência da adoção de políticas públicas para o fomento da educação escolar indígena, em que pese o empenho do legislador constituinte e do arcabouço legislativo infraconstitucional.

Outro tema de relevância é o abordado por Viviane Lazzeres Novatzki. Trata-se do artigo "construção de um poder judiciário eficiente por meio de instrumentos de economia comportamental", que traz à baila a liquidez das relações sociais e a necessidade da utilização de instrumentos psicológicos na nova realidade processual.

Na coluna texto de opinião, no trabalho "a alimentação é um direito humano universal", o autor Lauro Roberto de Oliveira conclama o engajamento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para um agir otimizado no combate à fome no Brasil.

Tenham todos uma profícua leitura.

Luiz Fernando Tomasi Keppen¹
Editor-Chefe

¹ Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.